



Ata de Audiência Pública

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

1º Quadrimestre de 2025

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2025, com início às 18:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à presente reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS** referente ao **Primeiro Quadrimestre de 2025** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- ☒ **Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- ☒ **Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- ☒ **Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- ☒ **Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- ☒ **Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- ☒ **Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	50.088.600,00	16.875.813,34	33,69%
Receita Tributária	3.312.800,00	911.298,86	27,51%
Receita de Contribuições	150.000,00	45.505,20	30,34%
Receita Patrimonial	1.136.500,00	368.574,44	32,43%
Receita de Serviços	25.000,00	0,00	-
Transferências Correntes	45.322.300,00	15.534.037,41	34,27%
Outras Receitas Correntes	142.000,00	16.397,43	11,55%
RECEITAS DE CAPITAL	3.606.000,00	1.078.716,34	29,91%
Alienação de Bens	75.000,00	0,00	-
Transferências de Capital	3.531.000,00	1.078.716,34	30,55%
TOTAL DA RECEITA	53.694.600,00	17.954.529,68	33,44%

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	48.868.569,75	14.004.637,30	28,66%
Pessoal e Encargos	25.098.299,16	7.547.542,25	30,07%
Juros/encargos da Dívida	500,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	23.769.770,59	6.457.095,05	27,17%
DESPESAS DE CAPITAL	9.340.261,45	2.070.031,59	22,16%
Investimentos	7.371.261,45	1.484.392,25	20,14%
Amortização da Dívida	1.969.000,00	585.639,34	29,74%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.080,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	58.211.911,20	16.074.668,89	27,61%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - SUPERÁVIT		1.879.860,79	10,47%

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou **R\$ 1.879.860,79 (10,47%)**, atendendo ao estabelecido nas peças Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
Receitas Correntes	50.088.600,00	16.875.813,34	33,69%
Receitas de Capital	3.606.000,00	1.078.716,34	29,91%
SUBTOTAL	53.694.600,00	17.954.529,68	33,44%
DEDUÇÕES			
(-) Rendas de Aplicações Financeiras	1.022.500,00	333.757,25	32,64%
(-) Receitas de Alienações de Ativos	75.000,00	0,00	-
SUBTOTAL	1.097.500,00	333.757,25	30,41%
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	52.597.100,00	17.620.772,43	33,50%

DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
Despesas Correntes	48.868.569,75	14.004.637,30	28,66%
(-) Juros e Encargos da Dívida	500,00	0,00	-
SUBTOTAL	48.868.069,75	14.004.637,30	28,66%
Despesas de Capital	9.340.261,45	2.070.031,59	22,16%
(-) Amortização da Dívida	1.969.000,00	585.639,34	29,74%
SUBTOTAL	7.371.261,45	1.484.392,25	20,14%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.080,00	-	-
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	56.239.331,20	15.489.029,55	27,54%
RESULTADO PRIMÁRIO - SUPERÁVIT		2.131.742,88	12,10%

O **SUPERÁVIT PRIMÁRIO de R\$ 2.131.742,88 (12,10%)**, demonstra que no período, foram cumpridas as metas de **Resultado Primário** previstas nas peças orçamentárias do município (**Meta Fixada na LDO 2025 = R\$ 906.496,00**).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III – V)	-4.627.191,04	-6.687.997,17
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-2.060.806,13

O resultado nominal apurado acima no valor de **R\$ 2.060.806,13**, demonstra o cumprimento de **118,77% da meta prevista de Resultado Nominal em nossa LDO 2025 = R\$ 1.732.315,00**.

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	48.905.174,49		50.633.007,30	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	R\$	%	R\$	%
	20.555.941,07	42,03	21.464.939,41	42,39
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)	25.088.354,51	51,30	25.974.732,74	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	26.408.794,22	54,00	27.341.823,94	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	291.129,51	0,60	301.276,00	0,60
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	5.868.620,94	12,00	6.075.960,88	12,00

Conforme demonstrado acima, o percentual de **42,39%** obtido no período se encontra abaixo do limite para gastos com pessoal estabelecido pelo art. 20 da LC 101/2000.



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	48.905.174,49		50.633.007,30	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	7.214.541,49	14,75	6.592.324,06	13,02
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	58.686.209,39	120,00	60.759.608,76	120,00

O demonstrativo comprova que o saldo da dívida a longo prazo está dentro do limite legal estabelecido pelo Senado Federal de 120% da Receita Corrente Líquida.

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	13.770.630,39	2.065.594,56	3.417.975,86	2.731.395,42
Percentual Aplicado em Saúde (%)	100%	15%	24,82%	19,83%

EDUCAÇÃO

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	13.770.630,39	3.442.657,60	4.258.591,01	3.593.643,31
Percentual Aplicado no Ensino (%)	100%	25%	30,93%	26,10%

FUNDEB

Descrição	Receitas do Fundeb + Aplic. Financeira	Limite Legal	Despesa Empenhada/Liquidada	Despesa paga
Valor Aplicado no Magistério	1.646.786,55	1.152.750,59	1.815.423,97	1.745.106,40
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	100%	70%	110,24%	105,97%

PUBLICAÇÕES

- ☒ Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2025.
- ☒ Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 2º Bimestre/2025.
- ☒ Relatórios publicados no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 14.563, de 14/05/2025.
- ☒ Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 14/05/2025.
- ☒ Edital de audiência publicado no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 14.559, de 08/05/2025.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- ☒ O Município está com as finanças em equilíbrio.
- ☒ O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- ☒ Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- ☒ Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2025.
- ☒ Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2º Bimestre/2025.
- ☒ O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação, inclusive o Fundeb.

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 22 de maio de 2025.



RG

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2025, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2025, COM INÍCIO À PARTIR ÀS 18:00 HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Elton Apri-don Nardon		Elton
2	Marcos R. Silva	26.877.547-3	Marcos R. Silva
3	Fabio Augusto da Souto	21.925.522-2	Fabio Augusto da Souto
4	Linara Aparecida	43.317.345-2	Linara Aparecida
5	Patricia A. Ferreira	30473263-1	Patricia A. Ferreira
6	Thamires L. de Almeida	45958964-7	Thamires L. de Almeida
7	Marina C.F. Lazari	23899076-7	Marina C.F. Lazari
8	Eobiano Cip. L. Cip.	43.334.374-6	Eobiano Cip. L. Cip.
9	ROBERTO GILVANY	14649.338	ROBERTO GILVANY
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			